



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

INSTRUMENTOS TÉCNICO-OPERATIVOS E SUA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL COM AS DEMAIS COMPETÊNCIAS NO COTIDIANO DO TRABALHO PROFISSIONAL

Débora Cristina Moreira dos Santos¹

Elisete Dias da Conceição Santos²

Eloísa Fernandes dos Santos³

Laressa de Lima Rocha⁴

Maria Fabiana Soares Rangel⁵

Marcia Rodrigues dos Santos Castro⁶

Rosilene dos Passos Fernandes⁷

Sueli Aparecida Alves⁸

Tainah Rosa Resplande⁹

Resumo: O presente artigo é fruto de síntese reflexiva no processo de especialização em Instrumentalidade Profissional do/a Assistente Social e tem como objetivo condensar e socializar os debates acerca do uso dos instrumentais técnico-operativos e sua relação intrínseca com as competências técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas. Tais reflexões são ainda provocações iniciais.

Palavras-chave: Serviço Social. Instrumentos técnico-operativos. Competência profissional. Cotidiano.

Abstract: This article is the result of a reflexive synthesis in the process of specialization in Professional Instrumentality of the Social Worker and aims to condense and socialize the debates about the use of technical-operative instruments and their intrinsic relation with the technical-operative, theoretical- methodological and ethical-political. Such reflections are still initial provocations.

Keywords: Social Work. Technical-operational instruments. Professional competence. Daily.

INTRODUÇÃO

Discutir os instrumentais técnico-operativos do Serviço Social e a sua relação indissociável com as demais competências no cotidiano do trabalho profissional exige, primeiramente, a contextualização histórica da profissão em âmbito nacional, com vistas à

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade de Taubaté. E-mail: laessarocha19@gmail.com.

² Estudante de Pós-graduação. Universidade de Taubaté. E-mail: laessarocha19@gmail.com.

³ Estudante de Pós-graduação. Universidade de Taubaté. E-mail: laessarocha19@gmail.com.

⁴ Estudante de Pós-graduação. Universidade de Taubaté. E-mail: laessarocha19@gmail.com.

⁵ Estudante de Pós-graduação. Universidade de Taubaté. E-mail: laessarocha19@gmail.com.

⁶ Estudante de Pós-graduação. Universidade de Taubaté. E-mail: laessarocha19@gmail.com.

⁷ Estudante de Pós-graduação. Universidade de Taubaté. E-mail: laessarocha19@gmail.com.

⁸ Estudante de Pós-graduação. Universidade de Taubaté. E-mail: laessarocha19@gmail.com.

⁹ Estudante de Pós-graduação. Universidade de Taubaté. E-mail: laessarocha19@gmail.com.

compreensão dos projetos profissionais e da ética profissional vigente em cada período do seu desenvolvimento. Nesse sentido, com base em Cardoso (2013), destacaremos três momentos fundamentais na história do Serviço Social brasileiro, os quais ela demarca como o início da profissão (décadas de 1930 a 1950), o movimento de renovação (década de 1960 ao final de 1970) e a constituição de um Serviço Social crítico (décadas de 1980 e 1990).

De acordo com Cardoso (2013), a gênese do Serviço Social no Brasil situa-se no contexto do processo de industrialização e urbanização vivenciado a partir da década de 1910, e aprofundado na década de 1930. Assim salienta que tal processo:

(...) é marcado pela manutenção da grande concentração de terra; pela emergência da burguesia industrial (em modernização dos processos de produção); pela constituição de uma classe trabalhadora composta pela venda livre da força de trabalho (até pouco tempo escrava) e pela importação de mão de obra especializada (...) Diante de tais elementos, e com tais características, evidencia-se no Brasil a questão social através da explicitação de suas diferentes formas de manifestar-se: a exploração do trabalho, a fome, a miséria, a violência, a doença, entre outras".(CARDOSO,2013,p.111)

Consoante à análise de Cardoso (2013), diante da necessidade de regular a relação entre capital e trabalho e de criar estratégias de intervenção junto à classe trabalhadora, visando o seu “ajustamento” e a atenuação das expressões provenientes daquela relação, o Estado vinculou-se à Igreja Católica, que já desenvolvia certo tipo de ação social. Enquanto ao primeiro coube a contratação de profissionais para a implantação de políticas assistencialistas e populistas, à Igreja foi atribuída a responsabilidade pela formação desses profissionais. Conforme observado pela autora, tal base de formação conferiu ao Serviço Social “um caráter conservador e humanista”, cujo projeto profissional estava vinculado à “defesa da tradição, da família, da hierarquia e da ordem”.

A referida autora aponta que, somente entre os anos 1950 e 1960, em sintonia com a política desenvolvimentista nacional, o Serviço Social passou a consolidar-se e expandir-se como profissão, apresentando “novas demandas e respostas profissionais que se expressam nas tentativas de organização e sistematização do trabalho profissional”, embora “sem alterações significativas em relação ao projeto tradicional conservador” (CARDOSO, 2013, p. 124/125). Foi no contexto da ditadura militar no país, instaurada em 1964, que o Serviço Social experienciou os “rebatimentos no que diz respeito à formação e ao trabalho profissional”, resultando em possibilidades concretas para um movimento de renovação da profissão.

De acordo com Cardoso (2013), vivenciou-se nesse período o processo de laicização na formação profissional, a entrada no âmbito universitário, e a aproximação com outras áreas do saber e com teorias sociais até então desconhecidas pelo Serviço Social. Ainda

segundo a autora, “surge na profissão a necessidade e o interesse da busca de uma sistematização conceitual e de aportes teórico-metodológicos para o trabalho profissional”, de modo a organizar “diferentes formas de dar respostas à realidade social” através de diferentes projetos profissionais. Desse processo histórico, decorrem três projetos profissionais: o modernizador, o fenomenológico e a intenção de ruptura, que se desenvolveram concomitantemente durante as décadas de 1960 a 1980.

Conforme destacado pela autora (*idem*), o projeto modernizador e o fenomenológico estão ligados a uma mesma perspectiva societária presente na profissão, qual seja, o conservadorismo. Enquanto o primeiro mantém as bases da formação profissional associada aos “valores do bem comum, da dignidade e da perfectibilidade humana”, e a ação profissional (identificada com o método positivista) voltada para a “adequação do indivíduo à realidade social”, visando “à ordem e a harmonia social”, o projeto fenomenológico (também vinculado à doutrina social da Igreja e à defesa de valores conservadores e tradicionais) pauta a ação profissional na centralidade do “cliente”, por meio da ajuda psicossocial, sem questionar a ordem social.

Já o projeto de ruptura que, segundo Cardoso (2013), encontrou bases políticas para o seu desenvolvimento a partir de 1979, quando se vivenciava no contexto nacional o início do período da abertura democrática, consolidou a perspectiva emancipatória do Serviço Social brasileiro, a qual fundamentou a elaboração do projeto ético-político hegemônico na profissão a partir da década de 1990. Com base na referida autora (*idem*) esse projeto aponta para “a necessária vinculação” entre o Serviço Social, as classes trabalhadoras e os movimentos sociais na luta por direitos sociais e no processo de transformação social. Nessa perspectiva, a atuação profissional passa a estar compreendida na organização e no fortalecimento da classe trabalhadora, da qual também é constituinte, visando atender as demandas dessa classe que, cotidianamente, vivencia nas suas relações as expressões da questão social, oriunda da relação perversa entre capital e trabalho.

No curso histórico da profissão, intrinsecamente ligado às transformações conjunturais da sociedade brasileira, a instrumentalidade também passou por diversas transformações, ora como destaque profissional, ora como subalterna às dimensões teórico-metodológica e ético-política (SOUSA, 2008).

O que se identifica com relação ao conjunto de instrumentais ou a dimensão técnico-operativa, em um primeiro momento da profissão, é um viés predominantemente tecnicista, que atribui caráter de “efetividade” à profissão, onde o/a assistente social ocupa o posto de mero executor das políticas pensadas por outrem. Isso porque, em sua gênese, o Serviço Social aparece como estratégia do Estado na intervenção junto às expressões da questão social e, conseqüentemente, possibilita certa “regulação” social.

Aqui se expressa o caráter contraditório da profissão, já que paralelo a essa regulação, atende também às necessidades da classe trabalhadora, ainda que de modo imediato e insuficiente. Em contrapartida, a partir do Movimento de Reconceituação, há a negação desse viés tecnicista, incorporando na profissão um arcabouço teórico fincado no pensamento crítico. Surge um Serviço Social que produz conhecimento e o incorpora em sua prática profissional. (SOUSA, 2008).

A negação do caráter meramente tecnicista do/a assistente social, porém, não significa suprimir a dimensão técnico-operativa. Ao contrário, há que se ressaltar a importância da instrumentalidade na construção da imagem social da profissão, uma vez que, devido à sua natureza interventiva, é no campo do cotidiano que a sua atuação fica evidente.

Tal natureza interventiva constitui, ainda, lugar privilegiado de atuação para o/a assistente social, que tem a possibilidade de mudanças significativas do real, visto que concentra as ações diretamente na dinâmica social. Aqui, se faz necessário dizer que o caráter interventivo da profissão se dá não só por sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, mas também pela imposta necessidade de resposta da ação profissional que modifique a realidade, ou seja, que solucione, mesmo que de maneira imediata, a demanda apresentada.

Nesse sentido, é preciso ressaltar a indissociabilidade entre as três dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Em razão de que, como já citado, no fazer esvaziado de uma base teórica coerente, se manifesta a manutenção dos interesses e da lógica dominante imposta pelo Estado e pelo capital, indo em direção oposta aos interesses da classe trabalhadora, uma vez que os interesses de ambos não convergem no modo de produção capitalista, sendo então antagônicos. Isso porque, não existe neutralidade nas ações.

A intervenção se dá no campo do cotidiano, que se constitui permeado pela experimentação e pela repetição, tornando-se ambiente propício para a ação não refletida e a intervenção pontual e individual de demandas que são sempre coletivas, uma vez que o homem é um ser social, que se produz e reproduz em dada sociabilidade e tem a vida perpassada por estruturantes da mesma. Nas palavras de Guerra:

Outra característica da cotidianidade profissional é a espontaneidade. Dado que as demandas colocadas ao profissional são apreendidas de maneira imediata e quase irrefletida, o exercício profissional passa a se restringir ao cumprimento de rotinas institucionais, metas de produtividade, critérios de elegibilidade, e o profissional passa a responder mecanicamente no âmbito das determinações da instituição.
(GUERRA, 2017, p. 54/55)

Intervindo diretamente na dinâmica social, com possibilidades de mudanças de traços dessa dinâmica na vida dos/as usuários/as atendidos/as, é necessário que o/a

assistente social utilize de um método investigativo que dê conta de se aproximar do real, na busca por ultrapassar a aparência da demanda, combatendo, assim, uma prática burocrata e superficial. Segundo Coelho:

Nessas condições, a prática profissional do assistente social restringe-se somente ao atendimento das demandas explicitadas pelos usuários, as rotinas e aos procedimentos estabelecidos no fluxograma institucional, amortece os conflitos e individualiza as sequelas da questão social. Trata-se de uma prática espontânea e reiterativa. (COELHO, 2013, p. 142)

Nesse sentido, as dimensões teórico-metodológica e ético-política dão o tom e a intencionalidade na escolha e no emprego do instrumental, sendo o que possibilita a aproximação e interpretação das situações que se apresentam no cotidiano de trabalho. Isso significa pensar os instrumentais a partir de uma série de habilidades e conhecimentos que condizem com o projeto profissional, empregando-os de forma que busque sempre o processo de reflexão do singular a partir do universal ou, de acordo com Guerra:

A dimensão teórico-metodológica nos capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para a interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas. O conhecimento adquirido através deste movimento possibilita sistematizações e construções teórico-metodológicas que orientam a direção e as estratégias da ação e da formação profissional (dimensão formativa), bem como permite aprofundar os fundamentos teóricos que sustentam as intervenções profissionais. (GUERRA, 2017, p. 63)

Contextualização do cotidiano e seus rebatimentos no fazer profissional

Perceber que o modo de produção capitalista traz obrigatoriamente em sua composição a exploração da classe trabalhadora é fundante para garantir que nossa prática profissional vá ao encontro da emancipação humana. Pensar que a burocratização pode principalmente negar direitos e favorecer as armadilhas do capital é um exercício que deve ser contínuo, garantindo assim uma ação que não seja banalizada e que respeite a historicidade dos sujeitos envolvidos.

Entendemos que o trabalho dos/as assistentes sociais, orientados/as pela matriz teórica marxista, expõe cotidianamente as contradições existentes no modo de produzir capitalista. Permeado pela conjuntura atual, que reflete uma nova crise cíclica do capital, o campo profissional vivencia rebatimentos e desafios intensificados pela máxima da retirada de direitos para atender as necessidades de reordenamento do capital internacional.

Inseridos/as neste contexto, os/as profissionais deparam-se com o acirramento e aumento da desigualdade frente à precarização generalizada das políticas públicas e se veem desafiados/as a manter posicionamento firme alinhado ao Projeto Ético-Político

Profissional em oposição ao projeto conservador favorável a contrarreforma liberal do Estado, iniciada nos anos 1990.

Cientes do rebatimento da crise estrutural do capital no cotidiano profissional, concordamos com Mota ao dizer que:

Os espaços profissionais e ocupacionais tradicionais, como saúde, assistência social e previdência, sofrerão reveses e terão atualizadas suas demandas, a abrangência do seu público, as modalidades de intervenção e o conteúdo/racionalização do trabalho profissional. No campo da assistência social, por exemplo, novos segmentos das classes proletárias acorrerão a essa política em função do desemprego; na Previdência Social, já se anunciam outras problemáticas derivadas das relações de trabalho precarizadas e da rigidez de critérios de revisão/definição de benefícios, perícias, seguro-desemprego etc. A saúde, vivenciando um brutal desmonte, também presenciará o crescimento da demanda em função da inadimplência e dos desligamentos massivos de trabalhadores e de suas famílias dos planos e seguros privados de saúde. (MOTA, 2017, p. 48)

Ao partilhar dos saberes da autora percebemos que os espaços profissionais vêm se configurando em campos de intensa disputa de projetos societários distintos, e porque não dizer, de verdadeiros campos de batalha pela justiça social. Neste sentido, não é incomum encontrar relatos de desafios profissionais intensos acerca do fazer profissional.

O estudo de Dal Rosso apud Raichelis traz elementos sobre a intensificação do trabalho nas atividades de serviços e pode ser de grande importância para o entendimento do trabalho no campo do Serviço Social. Assim acrescenta que:

[...] com a ampliação do setor de serviços e o contingente cada vez mais numeroso de trabalhadores nessas atividades, é de se esperar que esteja em curso grande pressão por intensificação do trabalho, especialmente nos setores mais competitivos e que mais concentram capital, como é o caso de finanças, telefonia, comunicações, pesquisas, entre outros. Mas isto ocorre também no caso dos serviços sociais, que se baseiam mais na inteligência, capacidade relacional e defesa de direitos, como são os serviços prestados por profissionais no campo das políticas sociais, entre eles os assistentes sociais. Neste âmbito, é a totalidade das capacidades humanas que são ativadas quando se fala em intensidade. Também o caráter social do trabalho assentado nas relações de cooperação com o coletivo de trabalhadores e no aprendizado mútuo que daí deriva devem ser considerados na análise da intensificação do trabalho, resultando sempre em maior empenho, maior consumo de energia pessoal, maior dispêndio de capacidades físicas, cognitivas e emocionais que derivam em “mais trabalho”. (DAL ROSSO, 2008, apud RAICHELIS, 2013, p. 622)

Ao analisar a condição de trabalhador assalariado, Raichelis (2011) destaca as implicações e rebatimentos dessa condição aos profissionais. A autora observa que a centralidade da classe operária no modo de produzir capitalista e a abundante produção científica relacionada à temática corroboram para a identificação e análise do profissional dos desgastes e adoecimentos ao qual aquela está suscetível. No entanto, não se veem como parte desse fenômeno.

Nos dizeres de Raichelis:

Então esta é uma primeira pontuação importante e que remete ao próprio reconhecimento do assistente social como trabalhador assalariado e as dificuldades para aprofundar a análise do conjunto de implicações decorrentes dessa relação no

estágio atual do capitalismo contemporâneo, diante dos impactos sobre o trabalho, os trabalhadores e seus direitos. (RAICHELIS, 2011, p. 426)

Outra importante questão a ser considerada pela autora diz respeito a autonomia relativa profissional. Tal possibilidade é limitada pelo poder do empregador de determinar as demandas e as condições materiais e imateriais de trabalho do profissional e os processos de alienação, aos quais estão submetidos/as todos/as os/as trabalhadores/as assalariados/as.

Reconhecer-se como parte dos/as trabalhadores/as expropriados/as, problematizar a negação de direitos enquanto tal, organizar-se sindicalmente com os demais trabalhadores são pontos a serem refletidos e vividos.

Neste sentido, é indispensável compreender a história do Serviço Social e o real significado da profissão no processo de reprodução das relações sociais, a identidade profissional, a alienação, o fetiche da prática e a consciência de classe da categoria profissional.

Fernandes descreve em seu trabalho que:

No afã de resolver as expressões da questão social, como se fosse possível resolver questões históricas em uma visita domiciliar, em um laudo social, etc., o assistente social se perde na falta de autovalorização e auto reconhecimento profissional. Nesta mesma ótica, muitas vezes não nos encontramos vis a vis com a instrumentalidade que perpassa toda atuação profissional. Se perguntarmos a um profissional quais foram as técnicas utilizadas naquele dia para atender, visitar ou orientar um usuário, comumente ele apontará: visita domiciliar ou institucional, entrevista, orientação, encaminhamentos, porém, dificilmente apontará instrumentais ético-políticos e teórico-metodológicos que podem estar intrínsecos às demais ações. (FERNANDES, 2016, p.23 apud LAVORATTI; COSTA, 2016)

A escolha de instrumentais não é tarefa fácil, pois requer que avaliemos e reavaliemos objetivos, linguagens, estratégias, entre outros. Por exemplo, dependendo da linguagem que utilizamos em uma perícia social, laudo social, relatório social ou parecer social, poderemos reforçar a lógica da exclusão e não facilitar o acesso a direitos (civis, políticos, sociais e humanos), que é compromisso ético-político do/a assistente social.

Independente do espaço sócio-ocupacional, que o/a assistente social esteja atuando, devemos observar que não existe “o” instrumental a ser utilizado em cada ação, mas os instrumentais que se inter-relacionam e que necessitam estar articulados ao projeto ético-político da profissão.

Esperamos encontrar, atualmente, um profissional de Serviço Social com perfil crítico e propositivo, engajado para legitimar os reais anseios da categoria, contrapondo-se a mera lógica mercantil, assumindo o perfil histórico da profissão, lutando e propondo mudanças. Mas, exige-se a indissociabilidade entre saber, profissão e realidade, apresentando um trabalho articulado com as reivindicações coletivas. Iamamoto salienta que:

Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade. (IAMAMOTO, 2011, p. 144)

A identidade profissional traz uma necessidade urgente do reconhecimento da profissão enquanto classe trabalhadora e imersa no confronto com as demandas do capitalismo que busca através da alienação nos distanciar do nosso objeto de trabalho, tornando as ações ineficazes, reiterando a lógica excludente, distanciando o/a assistente social do seu projeto ético-político profissional.

Segundo Martinelli (1991), o Serviço Social vai buscar a identidade na história da profissão, Gentilli (1994) defende que a identidade profissional é construída na prática, numa pluralidade de representações, não nos esquecendo do contexto institucional. Porém, conseguimos identificar ao longo da história da profissão que todas estas questões constituem a identidade profissional do/a assistente social e as competências profissionais estão intrinsecamente ligadas às dimensões ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo.

Martinelli (1991) faz uma minuciosa interpretação da categoria identidade como sendo histórica, política e social, que nasce e se desenvolve nas lutas da classe proletária. A autora tem o propósito de evidenciar a formação de uma consciência de classe que promoveu o desenvolvimento da identidade do proletariado.

A identidade profissional é entendida por Gentilli (1997) dentro de um processo que valoriza a habilidade pessoal para o exercício da profissão com suas exigências, além dos fatores sociais e políticos que definem o profissional e completando a subjetividade que expressa como o profissional sente-se enquanto tal.

A identidade profissional, o reconhecimento da instrumentalidade são a base para o desenvolvimento das competências. Iamamoto descreve a competência como “capacidade para apreciar ou dar resolatividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais.” (IAMAMOTO, 2001, apud CFESS, 2012, p.37)

Guerra et al (2012) apontam “que competência e habilidade são dois conceitos que estão relacionados. A habilidade é conseguir pôr em prática as teorias e conceitos que foram adquiridos, enquanto a competência é mais ampla e consiste na articulação entre conhecimentos, atitudes e habilidades.”

A competência profissional se dá por meio da articulação entre teoria e prática, sendo que se coloca como desafio no cotidiano profissional a relação entre imediato/

imediatismo, utilizando o arcabouço teórico para responder às expressões da questão social, garantindo direitos, o fortalecimento profissional, mobilização dos usuários, produzindo instrumentais que traduzem as demandas sociais.

O profissional no espaço socio-ocupacional precisa utilizar suas competências e habilidades para atuar nas demandas da realidade social, é necessário estar atento cotidianamente aos movimentos e mudanças da sociedade, que produzem avanços e retrocessos na garantia de direitos, para não cair na armadilha da fragmentação da práxis social.

Cabe aos profissionais constante aprimoramento, é através do exercício profissional que se dará objetividade a todo conhecimento adquirido. E isso requer qualificação continuada, momentos de pensar e repensar a atuação, fazer o planejamento das ações dando oportunidade aos sujeitos que buscam os serviços e as políticas sociais, espaços de participação para expressarem suas opiniões e sugestões. A avaliação dos usuários é extremamente importante, pois propicia ao profissional a suspensão do cotidiano e a reflexão das ações, caso contrário pode acontecer o fazer por fazer, somente reproduzir o que vem sendo imposto, sem compreender muitas vezes qual demanda os sujeitos apresentam.

Nesta perspectiva o planejamento é essencial, como nos orienta Myriam Veras:

Refere-se, ao mesmo tempo, à seleção das atividades necessárias para atender questões determinadas e à otimização de seu inter-relacionamento, levando em conta os condicionantes impostos a cada caso (recursos, prazos e outros); diz respeito, também à decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e às providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, à avaliação e à redefinição da ação. (VERAS, 2007, p. 13)

Desta forma destaca-se o planejamento como ferramenta para a definição de um conjunto de ações que permite atingir o objetivo da nossa intervenção, a partir de um ponto pré-estabelecido, isto é: através da leitura da realidade com apreensão das condições objetivas e subjetivas que envolvem este conhecimento.

Segundo Lozano e Martin apud Baptista:

[...] a função essencial do planejamento, como instrumento técnico, é aumentar a capacidade e melhorar a qualidade do processo de adoção de decisões, oferecendo dados básicos da situação e necessidades, elementos de juízo para apreciar as situações e dados para aferição das tendências e projeções futuras. (LOZANO; MARTIN, 1968 apud Baptista, 2007, p.19)

Mas temos que ter presente que esta função não deve ser exercida distanciada das relações sociais, uma vez que estas, apesar de perpassadas por determinantes estruturais, expressam a singularidade dos sujeitos e sua historicidade.

Segundo a autora Myriam Veras (2007), o planejamento como processo técnico-político se realiza através de aproximação da situação delimitada como processo de intervenção.

Vale ressaltar que aos/às assistentes sociais, durante o percurso de sua atuação, são confiadas histórias de vida, que, por sua vez, transmitem dados riquíssimos, e é a partir destas informações que o profissional deve utilizar a pesquisa, planejamento, documentação por meio de registros, e assim realizando a articulação das três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa reafirmando que são indissociáveis para intervenção profissional. Logo, destaca-se que o ser humano é um sujeito histórico e para entendê-lo a partir de suas necessidades, significa entender o invisível aos olhos.

Considerações finais

Com o caminhar deste trabalho, pudemos perceber que a relação indissociável dos instrumentos técnicos-operativos com as demais competências no cotidiano do trabalho profissional nos permitirá uma ação capaz de apontar o acesso e a garantia de direitos.

Para tanto, é imprescindível assumir o caráter político da profissão, reconhecendo nossa possibilidade de, a partir de nossas ações, transformar traços da realidade, entendendo a necessidade da articulação entre nossas bases teóricas e ética profissional para que a intencionalidade no uso dos instrumentos de intervenção na vida dos sujeitos seja coerente com a direção social assumida pela categoria dos/as assistentes sociais e expressa no Projeto Ético-Político da profissão, comprometendo-nos com uma prática que prime sempre pela liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos (CFESS, 2012).

Desse modo, faz-se necessário compreender a prática profissional para além de si mesma, em que se limita ao uso dos instrumentos técnicos-operativos para responder às demandas institucionais, menosprezando desta forma o caráter propositivo e científico da profissão. Assim, o desafio se coloca para entender que as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas se complementam.

O desafio está inclusive em entender que seja nos trabalhos em grupo, individuais, plantão social, relatórios, bem como qualquer outro instrumental utilizado, será de responsabilidade do/a profissional, garantir que o que ali é expresso, esteja obrigatoriamente embasado de todo nosso arcabouço profissional. É compreender inclusive que a instrumentalidade profissional é composta por essas dimensões e só é garantida em sua completude quando assim utilizada. E que, portanto, conforme citado anteriormente, a escolha de instrumentais não é tarefa fácil, pois requer que avaliemos e reavaliemos

objetivos, linguagens, estratégias, entre outros, sendo este processo resultado de uma ação crítica e comprometida com os princípios da nossa profissão.

Ainda sobre a análise da indissociabilidade das três dimensões, foi possível identificar também que esta possibilita aos/às profissionais reflexões e mediações para que a intervenção e conhecimento da realidade do cotidiano de vida dos/as usuários/as sejam amplas, não restringindo o atendimento à superficialidade apresentada. Resultado este que, por sua vez, conduz a uma práxis profissional, uma vez que é decorrente de uma ação-reflexão-ação, ou seja, uma ação dotada de intencionalidade. Indo desta forma, na contramão da lógica capitalista que desumaniza os atendimentos e naturaliza as diversas formas de expressão da questão social.

Dado o exposto, fica nítida a necessidade de enfrentamentos cotidianos que precisaremos fazer em nossa atuação profissional, inclusive questionando a cultura institucional que estamos inseridos/as enquanto classe trabalhadora. Ainda no que tange à nossa organização e sua relação com as dimensões profissionais, foi possível evidenciar que somente embasados/as desta é que será possível nosso fortalecimento enquanto classe, o que não significa que estaremos imunes às pressões do cotidiano, da precarização dos espaços ocupacionais e da falta de condições éticas e técnicas para o exercício profissional, mas sim que estaremos fortalecidos para os enfrentamentos necessários.

Pois, o mesmo espaço ocupacional que emerge limitação e controle aponta para a relativa autonomia técnica e possibilidade de outras mediações necessárias, para além das relações de trabalho, como alternativas de enfrentamento da condição de trabalhadores/as assalariados/as.

Pelo exposto, concluímos provisoriamente que a natureza interventiva profissional compromissada com a classe trabalhadora e reconhecendo-se como parte da mesma lógica da contradição e intensificação do trabalho nos leva a refletir que apenas a organização dos trabalhadores apontará caminhos de superação e proposição de alternativas.

Cabe ainda salientar que estas reflexões nos trouxeram muitos outros elementos que não tivemos condições de abordar neste momento, mas que certamente serão frutos de pesquisas futuras.

Isto posto, foi com este olhar que conseguimos evidenciar que o exercício profissional importará a articulação constante das três dimensões profissionais: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Sendo esta última, a que carrega a responsabilidade de concatenar os elementos que possibilitam a materialização do Projeto Ético-Político Profissional.

Referências

- BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social**: Intencionalidade e Instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras, 2007.
- CARDOSO, Priscila Fernanda. **Ética e Projetos Profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2013.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições Privativas do/a Assistente Social**: em questão. Brasília: 2012.
- COELHO, Marilene. **Imediaticidade na prática profissional do assistente social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2013.
- FAERMANN, Lindamar Alves; MELLO, Cássia Camila Val de. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 96-113, jan./jul. 2016. DOI: 10.15448/1677-9509.2016.1.23035.
- FERNANDES, Odete. Categorias fundamentais para a compreensão da instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (Org.). **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social**: um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. Disponível em: <<http://www.uepg.br/proex/Documents/Ebooks/INSTRUMENTAIS%20TECNICO-OPERATIVOS%20NO%20SERVICO%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 20 de abr. de 2019.
- GENTILLI, R. de M. L. A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 126-144, mar. 1997.
- GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- GUERRA, Yolanda *et al.* Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate. In: ENPESS, 15., 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições Privativas do/a Assistente Social**: em questão. Brasília: 2012.
- MARTINELLI, M. L. **Serviço Social**: identidade e alienação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- MOTA, Ana Elizabete. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. **Serviço Social & Sociedade**. 2017, n.128, pp.39-53. ISSN 0101-6628. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.092>>. Acesso em: 16 de abr. de 2019.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: particularidades e unidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 1., 2015.

_____. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 609 -653, out./dez. 2013.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

SANTOS, M. T.; MANFROI, V. M. Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Em Pauta**. Rio de Janeiro, 2015, n. 26, vl. 13, p. 178-196.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, v.8, n.1, p.119-132, 2008. Disponível em:< <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4025382.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

VICENTE, Damares. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área de habitação. **Serviço Social & Sociedade**. 2015, n. 123, p. 562-581, jul./set. 2015. ISSN 2317-6318. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.037>>. Acesso em 17 de abr. de 2019.